

# PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS: FATORES EXPLICATIVOS DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar fatores significativos para explicar o nível de evidenciação (*disclosure*) da perda no valor recuperável de ativos nas empresas de capital aberto brasileiras. Para atingir o objetivo geral, primeiramente verificou-se as Notas Explicativas referentes aos anos de 2008 e 2009 de todas as empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), visando identificar quais haviam reconhecido perda no valor recuperável em ativos imobilizados ou intangíveis no período. Deste filtro inicial, resultaram 67 casos de perda no valor recuperável que constituíram a amostra de pesquisa no presente estudo. Para medir o nível de *disclosure*, nesta amostra, foi calculado um índice de evidenciação com base em cinco métricas elaboradas a partir das exigências de divulgação contidas no pronunciamento CPC-01. Os dados para cálculo dos índices foram obtidos por meio de análise de conteúdo nas Notas Explicativas e Demonstração do Resultado do Exercício das empresas. Através de um Modelo de Regressão Linear Múltipla foram testadas seis hipóteses constituídas com base nas seguintes variáveis independentes: tamanho; rentabilidade; empresa de auditoria; governança corporativa; internacionalização e endividamento. Os resultados demonstram que, em média, as empresas maiores e auditadas por *Big Four* tendem a ter um maior nível de atendimento às exigências de divulgação do CPC-01, e ao nível de significância de 10% as empresas com menores índices de rentabilidade tendem, em média, a ter um maior nível de adequação às exigências de evidenciação emanadas pelo CPC-01.

**Palavras-chave:** Ativos. Redução no valor recuperável (*Impairment loss*). Evidenciação (*disclosure*).

## 1 INTRODUÇÃO

As entidades com finalidades lucrativas (empresas) investem em ativos esperando um retorno na forma de resultados positivos (lucros) que conseqüentemente se converterão em fluxos de caixa para a empresa.

Quando um ativo reduz, de maneira inesperada, parcialmente ou totalmente, seu potencial de geração de benefícios econômicos futuros (Fluxos de Caixa), que antes eram esperados, constata-se que houve uma redução em seu valor recuperável e esta desvalorização precisa ser reconhecida pela contabilidade. Essa perda é conhecida pela expressão inglesa de *impairment loss*. E em português, além de perda no valor recuperável ou redução no valor recuperável, também é conhecida por perda por imparidade ou ainda perda por desvalorização.

Em outras palavras, uma perda no valor recuperável deve ser reconhecida sempre que o montante do valor recuperável de um ativo estiver inferior ao seu respectivo valor contábil (HERRMANN, SAUDAGARAN e THOMAS, 2006), visto que, conforme afirma Martins (2008), não faz sentido evidenciar um ativo por um valor superior aos benefícios que ele pode proporcionar. O procedimento para identificar se um ativo perdeu capacidade de gerar benefícios futuros é conhecido como teste de redução no valor recuperável (*impairment test*), ou teste de recuperabilidade de ativos.

No Brasil o teste de redução no valor recuperável de ativos é normatizado pelo CPC-01 (Redução no Valor Recuperável de Ativos), emitido em 2007 pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis (CPC), este pronunciamento é alinhado à norma internacional IAS-36 do IASB, e sua versão revisada foi aprovada em 2010 (CPC-01 R1).

O cálculo do valor recuperável exige que a administração utilize uma série de pressupostos e projeções, com base em estimativas de receitas e lucros futuros, estas projeções podem abrir espaço para possíveis manipulações de resultados (SEVIN e SCHROEDER, 2005). E como as baixas no valor recuperável de ativos podem ser discricionárias, é de extrema importância o adequado *disclosure* de como e quando elas ocorreram (ZUCCA e CAMPBELL, 1992; BINI e BELLA, 2007).

Neste contexto, a evidenciação (*disclosure*) das informações sobre o valor recuperável de ativos ganha relevância, (IUDÍCIBUS, 2004; MCSWEENEY, 2009; SILVA, MARQUES E SANTOS, 2009; STICKNEY e WEIL, 2009).

O pronunciamento CPC-01 determina quais são as exigências de divulgação referentes ao reconhecimento de perdas no valor recuperável de ativos. Para Bushman e Smith (2003), a adequada evidenciação das informações, observando normas de contabilidade financeira de qualidade, permite ao investidor verificar a criação de valor proporcionada pela empresa, visto que as chances de erros são menores.

Entretanto, algumas pesquisas realizadas no Brasil constataram deficiências na divulgação da perda no valor recuperável de ativos em empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), referente ao exercício de 2008, encontrando níveis diversos de evidenciação, a exemplos têm-se as pesquisas de Silva, Marques e Santos (2009); Borba, Souza e Zandonai (2009); Tavares et al. (2010); Ono, Rodrigues e Niyama (2010).

Vários estudos sobre o *disclosure* têm abordado o impacto das características das empresas em relação ao nível de divulgação praticado nas demonstrações contábeis. Estas características incluem o tamanho, status de listagem, alavancagem, rentabilidade, empresa de auditoria, o tamanho do mercado de capitais, a atividade no mercado de capitais, a dispersão das ações, cultura organizacional, entre outras variáveis (STREET e BRYANT, 2000). Nesta linha de pesquisa, formulou-se o seguinte problema: **Quais fatores explicam o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas de capital aberto brasileiras?**

O objetivo deste estudo é identificar fatores significativos para explicar o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos nas empresas de capital aberto brasileiras. Esta pesquisa avança em relação aos estudos já realizados, visto que busca vislumbrar a existência de uma possível associação entre o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos e algumas características econômico-financeiras das empresas de capital aberto brasileiras.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Em uma empresa, basicamente, as decisões financeiras tomadas diariamente resumem-se no levantamento de recursos - Decisões de Financiamento - e na aplicação dos valores captados - Decisões de Investimento (ASSAF NETO, 2008). No que compete as aplicações, estão representadas pelos ativos (SANTOS, SCHMIDT e MACHADO, 2005), estes que normalmente são consumidos no esforço de gerar receitas que conseqüentemente se converterão em fluxos de caixa para a empresa que os controla (MARTINS, 1991; STICKNEY e WEIL, 2009).

Um elemento fundamental para caracterização de alguma coisa, tangível ou intangível, como ativo é ele possuir a capacidade de gerar benefícios futuros (MCSWEENEY, 2009; SILVA, MARQUES e SANTOS, 2009).

Atendendo os atributos necessários para o reconhecimento de um ativo, posteriormente, a empresa precisará estar atenta a recuperabilidade destes bens e direitos, ou seja, verificar periodicamente se não houve perda na sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros. Visto que, conforme menciona Martins (2008) “se o ativo não for capaz de ter o saldo contábil recuperado ou pela venda ou pelo uso, tem que ser baixado”. Dito de outra maneira, quando o valor contábil de um ativo estiver superior ao seu valor recuperável, a empresa deve reconhecer uma perda por *impairment* (CARVALHO, LEMES e COSTA, 2006).

Pela norma CPC-01 R1 (2010), em consonância com o IASB (IAS-36), a perda por *impairment* é conceituada como a diferença entre o Valor Contábil e o Valor Recuperável, este que é o maior valor entre o Valor Justo menos Despesas de Venda e o Valor em Uso do ativo.

Conforme o CPC-01 R1 (2010), o valor justo líquido das despesas de venda é o valor que poderia ser obtido pela venda de um ativo ou unidade geradora de caixa em uma transação entre partes interessadas e conhecedoras do assunto, menos as despesas estimadas de venda; e o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros associados à utilização do ativo ou unidade geradora de caixa.

O CPC-01 R1 (2010) também reconhece uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que corresponde ao menor grupo de ativos que em conjunto gera benefícios econômicos futuros para a entidade. Ou seja, nos ativos que compõem a UGC não é possível mensurar, de maneira relevante, seus benefícios individualmente sendo necessário o agrupamento desses ativos para assim melhor identificar sua capacidade de produção de fluxos de caixa futuros. A Figura 1 ilustra o teste de recuperabilidade de ativos.

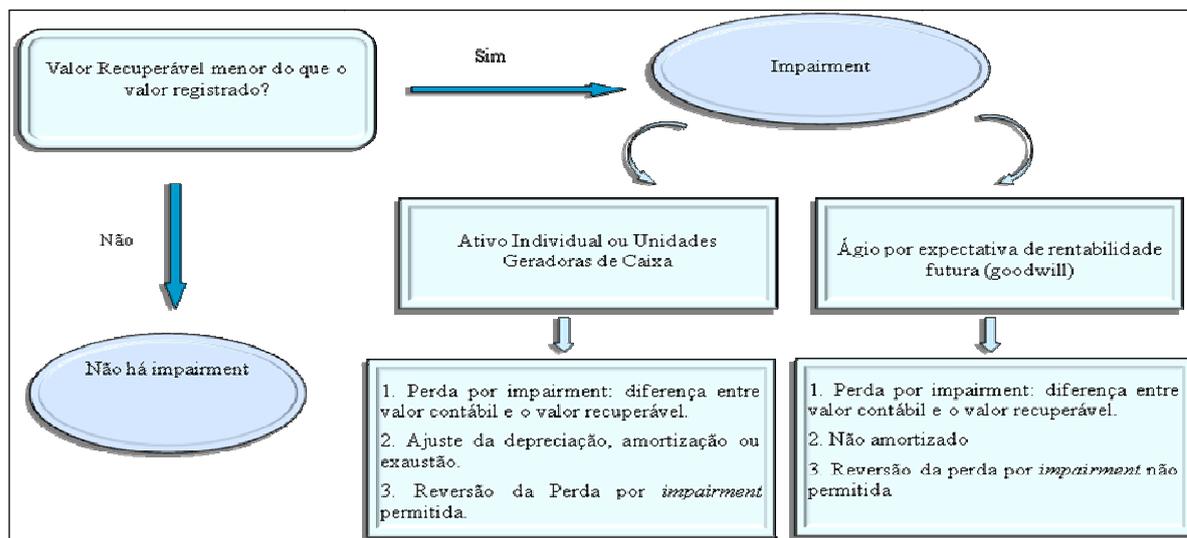


Figura 1: Teste de redução no valor recuperável (*impairment test*) dos ativos conforme CPC-01 R1  
Fonte: Adaptado de Borba, Souza e Zandonai (2009)

Göx e Wagenhofer (2009) defendem que o valor mais sensato a ser evidenciado de um ativo é o valor registrado, menos eventuais perdas por *impairment* que o ativo venha a sofrer. O argumento dos referidos autores está suportado no fato que, para os financiadores da empresa (credores e acionistas), de nada é relevante ativos evidenciados por altos valores que jamais poderão se concretizar.

Sobre esta base, pode-se depreender que o *disclosure* das informações concernentes ao valor recuperável de ativos é fator crucial para os usuários externos, visto que do contrário a informação permanece apenas interna na empresa, podendo gerar assimetria informacional, bem como possibilitar o gerenciamento de resultados, conforme mencionado na pesquisa de Duh, Lee e Lin (2009).

### **3 METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa teórico-empírica e no que compete aos objetivos é exploratória. A abordagem do problema é quantitativa e qualitativa, visto que para responder o problema de pesquisa utilizou-se de ferramenta estatística, mas também foi necessária a análise qualitativa das notas explicativas para obtenção da variável dependente utilizada neste estudo. A obtenção dos dados foi realizada, predominantemente, por meio documental.

#### **3.1 Seleção da Amostra**

A população definida para esta pesquisa são todas as companhias abertas listadas na BOVESPA, exceto as instituições financeiras e seguradoras, visto que possuem regulamentação própria e especificidades patrimoniais não comparáveis aos demais tipos de empresas.

Desta maneira, verificou-se 454 empresas não-financeiras listadas na BOVESPA, e foram selecionadas apenas aquelas que reconheceram perda no valor recuperável de ativos entre os anos de 2008 e 2009. Através deste critério obteve-se uma amostra de 67 casos de perda por *impairment* em 2008 ou 2009, que ocorreram em 56 empresas, sendo que 11 desta amostra reconheceram perda tanto em 2008 como em 2009, o que perfaz as 67 observações de perda que constituíram o objeto no presente estudo.

Para as empresas que reconheceram perda nos dois anos (2008 e 2009) foi feita a coleta dos dados respectivos a cada ano, por esta razão, o objeto desta pesquisa é constituído por uma amostra de 67 observações.

#### **3.2 Procedimentos de Coleta de Dados**

Para medir o nível de evidenciação referente a perda no valor recuperável de ativos, foi calculado um índice (percentual), denominado 'índice de evidenciação', que constituiu a variável dependente neste estudo.

Os dados referentes à variável dependente foram obtidos através de fonte secundária proveniente das Notas Explicativas e Demonstração do Resultado do Exercício, arquivados no site da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA).

Como parâmetro de medição do nível de evidenciação, foram confeccionadas métricas de verificação com base nas exigências de divulgação contidas no Pronunciamento Técnico CPC-01 emitido em 2007, visto que os anos analisados (2008 e 2009) nesta pesquisa estavam sob a vigência desta primeira versão da norma sobre redução no valor recuperável de ativos.

Dependendo a natureza do ativo que sofreu perda no valor recuperável existem determinações que não se aplicam em alguns casos, em função desse fato foi necessária a elaboração de métricas de verificação aplicáveis a cada caso de reconhecimento de redução no valor recuperável de ativos. Desta maneira foram constituídas 5 métricas, apresentadas no Quadro 1.

Métrica	Exigências do CPC-01
<p><b>Métrica 1:</b> é aplicável aos casos de perda no valor recuperável em um ativo individual, ou vários ativos individuais, em que o valor recuperável foi calculado individualmente para cada ativo, sem ter a necessidade do agrupamento em uma Unidade Geradora de Caixa.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda por ativo individual
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Natureza do ativo
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Informações concernentes ao 'valor em uso' ou 'valor líquido de venda', conforme for o caso.
<p><b>Métrica 2:</b> casos em que a redução no valor recuperável ocorreu em uma Unidade Geradora de Caixa não contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
<p><b>Métrica 3:</b> perda no valor recuperável reconhecida para Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o 'valor justo menos despesas de venda', ou a empresa não tenha informado a base do valor recuperável.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Base de Mensuração O valor contábil do goodwill ou do ativo intangível com vida útil indefinida, alocado a Unidade Geradora de Caixa, ou grupo de unidades se for o caso.
<p><b>Métrica 4:</b> Reconhecimento de redução no valor recuperável em Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o 'valor em uso' e a companhia informou que o período da projeção não é superior a cinco anos. Ou nos casos em que a companhia não tenha informado o período para a projeção.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior.
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda.
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Taxa de desconto utilizada
	Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo do valor recuperável
	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores alocados para cada premissa-chave
	Especificar o período (anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa
	O valor contábil do <i>goodwill</i> ou do ativo intangível com vida útil indefinida, alocado a Unidade Geradora de Caixa, ou grupo de unidades se for o caso.

<p><b>Métrica 5:</b> casos de redução no valor recuperável em Unidade Geradora de Caixa contendo ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou ativo intangível com vida útil indefinida, cuja base do valor recuperável foi o 'valor em uso' e a companhia informou que o período da projeção é superior a cinco anos.</p>	Valor da perda por classe de ativos
	Valor da perda para Unidade Geradora de Caixa
	Linha na DRE na qual a perda foi incluída
	Descrição da Unidade Geradora de Caixa
	Se o conjunto de ativos que para identificar a Unidade Geradora de Caixa mudou desde a estimativa anterior
	Eventos ou circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda
	Informar o método utilizado no cálculo do valor recuperável
	Taxa de desconto utilizada
	Descrição das premissas-chave que serviram de base para o cálculo
	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores alocados para cada premissa-chave
	Especificar o período (anos) sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa
	Motivos para utilização de orçamentos e previsões, como base, para um período superior a cinco anos.
	Taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa
	O valor contábil do <i>goodwill</i> ou do ativo intangível com vida útil indefinida, alocado a Unidade Geradora de Caixa, ou grupo de unidades se for o caso.

Quadro 1: Métricas de verificação referentes as exigências de divulgação do CPC-01/07

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas exigências de divulgação do CPC-01/07.

Desta maneira, a partir da verificação das informações a respeito do tipo de perda definiu-se a métrica com as respectivas exigências de evidenciação pertinentes a cada observação de perda constante na amostra. O Quadro 2 traz a relação de empresas (Nome no Pregão) por métrica utilizada, no cálculo dos respectivos índices de evidenciação.

Métrica/Ano	2008	2009
Métrica 1	Agpart; Unidas; Coteminas; CamargoCim; Cielo; Cremer; Wembley; Telemar Part; Jereissati; La Fonte Tel; LF Tel; Pet Manguinhos; Petrobar; Pronor; Sabesp; Seb e Tec Blumenau.	Bahema; CamargoCim; Equatorial; GPC Part; Hotéis Othon; JBS; Pronor; Sabesp; Springs; Wembley; Yara Brasil.
Métrica 2	Brasiliiana; Braskem; Cesp; Eletrobras; LLX Logística; Petrobras; Tele Nort Cl; Telemar; Telemar NL.	Agconcessões; Agpart; QGN Partic; Battistella; Cesp; Ecodiesel; Jereissati; Kroton; Petrobras; Sanepar.
Métrica 3	Amil; BHG; Bradespar; Br Brokers; Ambev; Const A Lind; Minerva.	Amil; CSN; Unipar.
Métrica 4	Tempo Part; Vale.	Gerdau; Gerdau Met; Globex; Metal Leve; Tempo Part.
Métrica 5	Dufry Ag	All Amer Lat; Dufry Ag.

Quadro 2: Relação Métrica atribuída a cada empresa em 2008 e 2009.

Fonte: Elaborado pelos autores

A técnica utilizada no tratamento dos dados foi análise de conteúdo. Para o cálculo do índice de evidenciação estabeleceu-se como referência 1 para evidenciação do item e 0 para não evidenciação de item exigido. Assim, o índice é obtido pelo total de itens evidenciados dividido pelo total de itens exigidos. Por exemplo, a empresa CESP evidenciou 6 itens referentes a redução no valor recuperável do ativo, contudo, com base na sua respectiva métrica, deveria ter evidenciado 8 itens, desta maneira possui um índice de evidenciação de 75% (6/8 x 100).

### 3.3 Formulação das Hipóteses

Considerando o problema de pesquisa e com base em estudos semelhantes, foram formuladas seis hipóteses a serem testadas, que são: tamanho da empresa; rentabilidade; empresa de auditoria independente; governança corporativa, internacionalização e endividamento.

### **3.3.1 Tamanho da Empresa**

H1: Empresas maiores possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas menores.

O estudo de Palmer (2008) medindo a conformidade da qualidade do *disclosure*, de uma amostra de 150 empresas australianas, pertinente a norma que determina a evidenciação dos impactos da adoção inicial das normas contábeis australianas convergidas com as IFRS, constatou que o tamanho da empresa é uma das variáveis significativas para explicar a qualidade da evidenciação efetuada pelas empresas analisadas.

Empresas maiores possuem um setor de contabilidade mais estruturado (DEPOERS, 2000), e normalmente mais recursos para investir na capacitação continuada de seus funcionários, o que induz a hipótese que elas terão um maior nível de adequação as exigências de divulgação da perda no valor recuperável de ativos.

Como *proxy* para o tamanho da empresa, utilizou-se o valor do Ativo Total.

### **3.3.2 Rentabilidade**

H2: Empresas com maior nível de rentabilidade possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as empresas com menor nível de rentabilidade.

Alguns estudos, em diversas épocas, destacaram a rentabilidade como variável significativa para explicar as decisões gerenciais. Na pesquisa de Lev e Mandelker (1972), a única variável que se mostrou significativa para explicar as consequências da realização de fusões ou aquisições foi a rentabilidade. Lapointe-Antunes; Cormier e Magnan (2008) verificaram em seu estudo que existe uma relação direta entre as escolhas contábeis gerenciais e o nível de rentabilidade das empresas, visto que uma grande parcela da remuneração dos executivos está vinculada ao desempenho.

A *proxy* utilizada para a rentabilidade foi o Retorno sobre o Ativo (ROA).

### **3.3.3 Empresa de Auditoria Independente**

H3: Empresas auditadas por “*Big Four*” possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as auditadas por outras empresas de auditoria independente.

Palmer (2008) constatou em sua pesquisa que empresas auditadas por grandes empresas de auditoria apresentaram melhor qualidade quanto ao atendimento às exigências de divulgação da norma australianas que determina o *disclosure* dos impactos da adoção inicial das normas contábeis australianas convergidas com as IFRS. Ressaltando que esta variável (empresa de auditoria independente) foi a que se mostrou mais significativa em seu estudo.

O grupo das quatro maiores empresas de auditoria independente do mundo é conhecido por “*Big Four*”, e é formado pelas empresas: PricewaterhouseCoopers, Deloitte Touche Tohmatsu, KPMG e Ernst & Young.

Destas empresas de auditoria externa, por se tratarem das maiores do mundo no ramo, espera-se uma preocupação em orientar seus clientes a seguirem as exigências de evidenciação preconizadas pelas normas de contabilidade financeira. Corroborando com esta assertiva, Frost, Gordon e Pownall (2008) discorrem que auditores que trabalham em uma *Big Four* são mais exigentes no que compete à adequabilidade das informações divulgadas com as normas de contabilidade pertinentes, por esta razão o *disclosure* praticado por empresas auditadas por uma das *Big Four* tende a ser melhor.

A operacionalização desta variável ocorreu da seguinte maneira: atribuiu-se 1 para empresas auditadas por uma das *Big Four* e 0 para as empresas auditadas por outras empresas de auditoria.

### **3.3.4 Governança Corporativa**

H4: Empresas que adotam nível diferenciado de Governança Corporativa possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as não aderentes a tais níveis.

A literatura estabelece relação teórica entre a governança corporativa das empresas e a qualidade de suas informações contábeis (ANTUNES e MENDONÇA, 2008). Para Ribeiro (2007), a sobrevivência no longo prazo da empresa implica evidentemente na busca do lucro e de bons resultados financeiros, contudo depende, também, da consolidação de relacionamentos com os investidores e com a comunidade.

O raciocínio subjacente é que no longo prazo a empresa precisa se consolidar em termos de relação com investidores, fornecedores, clientes e toda comunidade interessada. E neste contexto as boas práticas de Governança Corporativa possuem como uns de seus pilares a transparência (*disclosure*) e a obediência as leis do país (*compliance*).

O termo *compliance* pode ser entendido como “estar em conformidade com a lei” (IUDÍCIBUS, MARION E PEREIRA, 2003), desta forma, no mínimo, o que determinam as normas, deve ser evidenciado (*disclosure* obrigatório) pelas empresas. E ressalta-se, que voluntariamente, elas podem decidir também por evidenciar (*disclosure* voluntário) mais informações, conforme explica Verrecchia (2001).

A BOVESPA possui três níveis diferenciados de governança corporativa, quais sejam: Nível I, Nível II e Novo Mercado, empresas aderentes a tais níveis apresentam padrões superiores de governança corporativa.

A operacionalização desta hipótese ocorreu da seguinte maneira: 1 para as empresas que adotam algum dos níveis diferenciados de governança (Nível I, Nível II ou Novo Mercado) e 0 para as empresas que não adotam nível diferenciado de governança.

### **3.3.5 Internacionalização**

H5: Empresas brasileiras que negociam ADRs nas principais Bolsas de Valores nos Estados Unidos possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável dos ativos do que as empresas listadas apenas na BOVESPA.

La Porta et al. (1997) constataram em sua pesquisa que o ambiente legal contribui para a extensão do mercado de capitais, visto que um bom ambiente jurídico protege os potenciais financiadores contra possíveis expropriações por parte de gestores. Desta forma, os referidos autores defendem que um bom ambiente legal incentiva os investidores a entregar seus recursos em troca de títulos da empresa, ampliando, portanto, a extensão do mercado de capitais de países com esta força jurídica.

Os Estados Unidos (EUA) possuem normas mais rígidas de governança corporativa, suportadas pela Lei Sarbanes Oxley, em adição a isto, no referido país, as normas sobre *impairment test* de ativos de longa duração já eram obrigatórias, ou seja, anteriores a normatização ocorrida no Brasil.

A operacionalização desta hipótese ocorreu da seguinte maneira: 1 para empresas abertas brasileiras listadas na NYSE ou NASDAQ e 0 para empresas abertas brasileiras não listadas nestas bolsas de valores.

### 3.3.6 Nível de Endividamento

H7: Empresas com maior nível de endividamento possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas com menor nível de endividamento.

Lanzana (2004) demonstrou em seu estudo, dentre outras variáveis significantes, empresas com maior grau de endividamento tendem a apresentar maior transparência no que compete ao *disclosure* de informações.

As empresas endividadas podem estar com problemas na recuperabilidade de seus ativos, ou seja, é possível que seus investimentos não estejam gerando o retorno necessário para suprir as necessidades de capital da empresa. Considerando tal possibilidade, uma empresa endividada precisa evidenciar adequadamente a situação de recuperabilidade de seus ativos para seus financiadores de capital (acionistas e credores), de modo que possam analisar melhor a capacidade de pagamento da empresa.

Como *proxy* para operacionalização desta hipótese utilizou-se o índice de “endividamento total” que é obtido pelo quociente: Passivo Total/Ativo Total.

### 3.4 Modelo de Análise de Regressão Múltipla

A consecução do objetivo geral foi por meio de análise multivariada de dados. Conforme explicam Rodrigues e Paulo (2009), as técnicas de estatística multivariada permitem que se explore a *performance* conjunta das variáveis e se determine a influência ou importância de cada uma, estando as demais presentes.

Para esta pesquisa, a técnica de análise multivariada utilizada foi a Regressão Linear Múltipla, desta maneira, assume-se como variável dependente o índice de evidenciação da empresa e seis variáveis independentes, quais sejam: Tamanho da empresa (*tam*); Rentabilidade (*rent*); Empresa de Auditoria Independente (*aud*); Governança Corporativa (*gov*); Internacionalização (*inter*) e Endividamento (*endiv*).

Os dados concernentes às variáveis independentes foram obtidos respeitando os anos correspondentes ao respectivo índice calculado, ou seja, para uma perda reconhecida em 2008 foram utilizados os dados relacionados ao exercício de 2008, sendo a mesma sistemática utilizada para os índices referentes 2009. As fontes dos dados para as variáveis independentes estão demonstradas no Quadro 3.

Variável	Proxy	Fonte
Tamanho	Total do Ativo (Logaritmo do Total Ativo)	BASE DE DADOS ECONOMATICA
Rentabilidade	Rentabilidade do Ativo (ROA)	BASE DE DADOS ECONOMATICA
Empresa de Auditoria Independente	1 - <i>Big Four</i> 0 - Outras	Site da BOVESPA
Governança Corporativa	1 - Adota Nível Diferenciado 0 - Não Adota Nível Diferenciado	Site da BOVESPA
Internacionalização	1 - Listada na NYSE ou NASDAQ 0 - Não Listada nestas Bolsas de Valores	Sites da NYSE e NASDAQ
Nível de Endividamento	Endividamento Total (ou Geral)	BASE DE DADOS ECONOMATICA

Quadro 3: Fonte de Dados das Variáveis Independentes  
Fonte: Elaborado pelos autores

Seis empresas componentes da amostra não constavam no ECONOMATICA, desta maneira, para estas, foi necessária a busca das informações (Ativo Total; ROA; e Endividamento) nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) do período arquivadas no site da BOVESPA. Estas empresas são: Andrade Gutierrez Participações S/A (Agpart); Camargo Correa Cimentos S/A (CamargoCim); Cia Brasileira de Energia (Brasiliana); Telemar Participações S/A (Telemar Part); Unidas S/A (Unidas) e QGN Participações S/A (QGN Partic).

Para a melhor adequação do modelo transformou-se a variável Total do Ativo (em milhares de reais) em logaritmo (ln). O *software* utilizado foi o Stata 11.0.

### 3.5 Limitações e Delimitações do Estudo

Este trabalho delimita-se a estudar a evidenciação da perda no valor recuperável em ativos imobilizados e intangíveis, visto que, existem ativos que já possuem determinações específicas sobre reduções no valor recuperável. Portanto, em estudos sobre *impairment*, é importante delimitar o tipo de ativo que será estudado.

Os resultados desta pesquisa limitam-se à amostra pesquisada e foram analisadas as Notas Explicativas e Demonstrações do Resultado integrantes das DFPs publicadas nos anos de 2008 e 2009, desta maneira, os resultados encontrados são referentes a esta amostra e período delimitado, não podendo assim ser extrapolados para outras empresas e diferentes períodos.

Também constitui uma limitação o fato de ter ocorrido uma crise financeira no período delimitado nesta pesquisa, o que pode ter afetado os dados financeiros e econômicos de 2008 e 2009.

## 4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa verificou as Notas Explicativas, referentes aos anos de 2008 e 2009, de todas as empresas listadas na BOVESPA, exceto instituições financeiras e seguradoras, identificando 67 casos de perda no valor recuperável em ativos imobilizados ou intangíveis entre o período de 2008 e 2009, sendo 36 casos em 2008 e 31 em 2009.

No que compete à natureza dos ativos que tiveram perda e à base utilizada no cálculo do valor recuperável, a Tabela 1 apresenta os resultados encontrados na amostra pesquisada.

Tabela 1: Proporção dos Grupos e Base do Valor Recuperável Verificados na Amostra que Reconheceu Perda por *Impairment*

<b>Grupo que Reconheceu Perda por <i>Impairment</i></b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>
Apenas no Imobilizado	20	56%	19	61%
Apenas no Intangível	11	31%	7	23%
Imobilizado e Intangível	5	14%	5	16%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>
<b>Base Utilizada para o Valor Recuperável</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2009</b>	<b>%</b>
Valor em Uso	9	25%	10	32%
Valor Justo menos Despesas de Venda	1	3%	1	3%
Não Informada	26	72%	20	65%
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100%</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

Percebe-se que tanto em 2008 como 2009 houve maior ocorrência de perdas por *impairment* em ativos componentes do imobilizado, comparativamente às ocorridas em intangíveis. No que compete à base utilizada para calcular o valor recuperável, nos dois anos verificados, observou-se que a maioria das empresas não divulgou a base utilizada no cálculo do valor recuperável, o que já indica problemas na evidenciação das informações.

Quanto ao nível de evidenciação concernente a cada empresa, a Tabela 2 traz os resultados da estatística descritiva dos dados.

Tabela 2: Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação.

<b>Estatística Descritiva do Nível de Evidenciação (em %)</b>		
	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Média	33,72	35,94
Mediana	29	29
Moda	29	25
Desvio padrão	19,67	21,96
Mínimo	11	13
Máximo	88	83
Observações	36	31

Observa-se na Tabela 2 que a média percentual de evidenciação efetuada pelas empresas apresentou uma evolução muito pequena em 2009, comparativamente à média referente 2008, inclusive o nível máximo de evidenciação (88%) referente 2008 é superior ao nível máximo (83%) concernente 2009. Não sendo identificada, na amostra, evidenciação plena de todas as informações exigidas pelo CPC-01. Pode-se verificar também que o desvio padrão na amostra que reconheceu perda em 2009 é superior ao da amostra concernente a 2008, o que indica que em 2009 existe uma maior dispersão nos índices encontrados, ou seja, mais casos se distanciando da média observada.

#### **4.1 Determinantes da Evidenciação da Redução no Valor Recuperável de Ativos**

Nesta etapa da pesquisa são apresentados os resultados concernentes ao poder explicativo das hipóteses testadas em relação ao nível de evidenciação praticado pelas empresas. A Tabela 3 apresenta os resultados concernentes ao Modelo de Regressão com todas as variáveis independentes utilizadas neste estudo, quais sejam: Tamanho (*log\_tam*); Rentabilidade (*rent*); Empresa de Auditoria Independente (*aud*); Governança Corporativa (*gov*); Internacionalização (*inter*) e Endividamento (*endiv*).

Tabela 3: Resultados do Modelo de Regressão com todas as variáveis

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor-P
<i>constante</i>	-47,4140	22,0340	-2,15	0,035
<i>log_tam</i>	4,866	1,432	3,4	0,001
<i>rent</i>	-0,117	0,095	-1,23	0,225
<i>aud</i>	13,221	5,114	2,59	0,012
<i>gov</i>	1,604	5,264	0,3	0,762
<i>inter</i>	-2,105	7,703	-0,27	0,786
<i>Endiv</i>	-0,023	0,092	-0,25	0,803

F: 4,11  
 Valor p: 0,0007  
 R<sup>2</sup>: 0,29

Verificando os resultados apresentados na Tabela 3, percebe-se que apenas as variáveis ‘log\_tamanho’ e ‘empresa de auditoria’ se mostram significativas para influenciar o nível de evidência da perda no valor recuperável de ativos, contudo foi constatado, no modelo exposto, problema de multicolinearidade entre variáveis independentes. Conforme explicam Cunha e Coelho (2009), a multicolinearidade ocorre quando duas variáveis independentes possuem alta correlação entre si, este fato induz a dificuldade de identificação dos reflexos individuais que cada uma destas variáveis exerce sobre a variável dependente, comprometendo o poder explicativo do modelo. A Tabela 4 apresenta a matriz de correlação, onde é possível identificar o problema.

Tabela 4: Correlograma - Matriz de Correlação entre as Variáveis Independentes

	<b>log_tam</b>	<b>Rent</b>	<b>Aud</b>	<b>gov</b>	<b>Inter</b>	<b>endiv</b>
<b>log_tam</b>	1					
<b>Rent</b>	0,445	1				
<b>Aud</b>	0,165	0,267	1			
<b>Gov</b>	0,097	0,124	0,116	1		
<b>Inter</b>	0,545	0,106	0,193	0,070	1	
<b>Endiv</b>	-0,334	<b>-0,851</b>	-0,303	-0,363	-0,098	1

Na Tabela 4, é possível constatar que as variáveis ‘rentabilidade’ e ‘endividamento’ possuem um alto grau de correlação (-0,851) entre si. Uma possível solução para este problema é a exclusão de uma destas variáveis, para isto, foram realizados testes excluindo cada uma destas duas variáveis, constatando assim diferenças significativas nos modelos encontrados.

O modelo mantendo a rentabilidade e excluindo a variável endividamento, mostrou-se melhor em relação à normalidade dos resíduos, além disso, neste modelo a variável rentabilidade tornou-se significativa ao nível de 10%. Já no modelo excluindo a rentabilidade e mantendo a variável endividamento, a variável endividamento continuou não sendo significativa, para explicar as variações no nível de evidência praticado pelas empresas. Diante do exposto, neste estudo, optou-se pela exclusão da variável ‘endividamento’ do modelo.

Desta maneira, a Tabela 5 apresenta os resultados do modelo final adotado, ou seja, excluída a variável independente ‘endividamento’.

Tabela 5: Resultados do Modelo Final sem o Endividamento

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	t	Valor-P
<i>constante</i>	-48,556	21,392	-2,27	0,027
<i>log_tam</i>	4,813	1,406	3,42	0,001
<i>rent</i>	-0,096	0,050	-1,92	0,059
<i>aud</i>	13,379	5,037	2,66	0,010
<i>gov</i>	2,260	4,535	0,50	0,620
<i>inter</i>	-2,007	7,634	-0,26	0,794

F: 4,99  
 Valor p: 0,0007  
 R<sup>2</sup>: 0,29

Na Tabela 5, o Valor p do modelo é igual a 0,0007, o que indica que em conjunto as variáveis independentes são significativas para explicar a variável dependente. Em média 29% das variações no nível de evidenciação da redução no valor recuperável de ativos, podem ser explicadas por uma relação linear envolvendo as variáveis relacionadas ao tamanho, rentabilidade, auditoria, governança corporativa e internacionalização.

Já analisando o poder explicativo individual de cada variável independente, constata-se que as variáveis ‘tamanho’ e ‘empresa de auditoria’ são significativas, ao nível de significância de 1%, para explicar o nível de evidenciação da redução no valor recuperável de ativos.

E a variável ‘rentabilidade’ possui poder explicativo ao nível de significância de 10%. Deve-se ressaltar, porém, que essa variável possui sinal contrário ao esperado, isto é, seu coeficiente é negativo. As variáveis: governança corporativa e internacionalização, individualmente, não são significativas para explicar as variações no nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos.

Ressalta-se que a normalidade dos resíduos foi verificada através do teste Jarque-Bera, sendo que o mesmo resultou em um valor-P igual a 0,153, aceitando a hipótese nula, indicando que os resíduos são normais ao nível de significância de 10%. E a homoscedasticidade dos resíduos foi testada através do Teste de *White*, que resultou em um valor-P igual a 0,124, aceitando a hipótese nula que atesta a homoscedasticidade dos resíduos.

Confirma-se a hipótese que empresas maiores possuem um maior nível de adequação às exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que empresas menores. Possivelmente por terem maior estrutura econômica e financeira e um departamento de contabilidade mais estruturado, conforme apontado por Depoers (2000).

A variável empresa auditoria, também se apresentou significativa no Modelo, confirmando a hipótese que empresas auditadas por “*Big Four*” possuem um maior nível de adequação as exigências de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos do que as auditadas por outras empresas de auditoria independente.

O que sugere que as empresas de auditoria podem contribuir com a *compliance* nas empresas, e consequentemente com a transparência das informações exigidas pelas normas de contabilidade financeira, atualmente no Brasil, convergidas aos padrões internacionais do IASB, através dos pronunciamentos do CPC.

Entretanto, salienta-se que apesar dos resultados indicarem que empresas auditadas por *Big Four*, em média, possuem um melhor nível de evidenciação, nenhuma das empresas divulgou plenamente todos os requisitos exigidos.

A variável ‘rentabilidade’ mostrou-se significativa ao nível de 10%, entretanto, o seu coeficiente foi negativo o que indica que, em média, na amostra observada, as empresas com menores níveis de rentabilidade evidenciaram mais informações sobre a perda no valor recuperável de ativos.

## 5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa objetivou identificar fatores significativos para explicar o nível de evidenciação da perda no valor recuperável dos ativos, a análise foi efetuada nas empresas brasileiras de capital aberto que reconheceram perda no valor recuperável de ativos imobilizados ou intangíveis entre o período de 2008 e 2009. Os principais resultados deste estudo foram:

- ✓ O nível de evidenciação da perda no valor recuperável no Brasil pode ser considerado deficiente;
- ✓ O nível de divulgação efetuado pelas empresas não apresentou evolução significativa em 2009 comparativamente ao evidenciado em 2008, no que tange a perda no valor recuperável de ativos;
- ✓ A variável governança corporativa não se mostrou significativa para explicar o nível de evidenciação, mesmo a *compliance* e transparência, sendo dois de seus princípios fundamentais;
- ✓ As variáveis ‘tamanho’ e ‘empresa de auditoria’ se mostraram significativas ao nível de significância de 1%, indicando que empresas maiores e auditadas por *big four*, em média, tiveram um maior nível de evidenciação de informações a respeito da perda no valor recuperável de ativos;
- ✓ A variável ‘rentabilidade’ se apresentou significativa ao nível de 10%, apresentando coeficiente negativo, o que indica que, em média, empresas com menores níveis de rentabilidade evidenciaram mais informações sobre a redução no valor recuperável de seus ativos.

Esperava-se que empresas com maior rentabilidade tivessem um maior nível de evidenciação, mas os resultados demonstraram o contrário, ao nível de 10%, as empresas com menores níveis de rentabilidade, em média, tendem a evidenciar mais informações sobre a perda no valor recuperável de ativos. O que pode sugerir que a decisão de divulgar uma quantidade maior de informações possa ter tido alguma relação com uma possível justificativa pelo baixo desempenho no período.

Os resultados mostram que a adoção de nível diferenciado de governança corporativa não demonstra ter efeito sobre a evidenciação da perda no valor recuperável dos ativos, o que pode sugerir que estas empresas não estão dando a atenção necessária a publicação desta informação.

As empresas analisadas ainda precisam evoluir no que tange a transparência das informações pertinentes ao valor recuperável de seus ativos, para então atender plenamente os reais propósitos das normas internacionais de contabilidade que é promover uma informação útil e de qualidade aos seus usuários.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Gustavo Amorim; MENDONÇA, Mark Miranda de. Impacto da adesão aos níveis de governança da Bovespa na qualidade da informação contábil: uma investigação acerca da oportunidade, relevância e do conservadorismo contábil utilizando dados em painel. In: III CONGRESSO ANPCONT, 2., 2008, Salvador. **Anais...** Salvador: AnpCONT, 2008.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BINI, Mauro; BELLA, Chiara Della. Determinants of market reactions to goodwill write-off after SFAS-142. **Managerial Finance**, v. 33, n° 11, p. 904-914, 2007.
- BORBA, José Alonso; SOUZA, Máira Melo; ZANDONAI, Fabiana. Evidenciação da Perda no Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD, 33, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: EnANPAD, 2009. CD-ROM.
- BUSHMAN, Robert M.; SMITH, Abbie, J. Transparency, financial accounting information, and corporate governance. **Economic Policy Review**, abril 2003.
- CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes. **Contabilidade internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.
- COMITÊ de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 01, de 07 de setembro de 2007. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*). Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em 15 de dezembro de 2009.
- \_\_\_\_\_. Pronunciamento Técnico CPC 01 R1, de 06 de agosto de 2010. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*impairment*). Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em 01 de dezembro de 2010.
- CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; COELHO, Antonio Carlos. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, Luiz J; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). **Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009.
- DEPOERS, Florence. A cost benefit study of voluntary disclosure: some empirical evidence from French listed companies. **European Accounting Review**, v. 9, p. 245-263, 2000.
- DUH, Rong-Ruey; LEE, Wen-Chih; LIN, Ching-Chieh. Reversing an impairment loss and earnings management: The role of corporate governance. **The International Journal of Accounting**, v. 44, p. 113-137, 2009.
- FROST, Carol; GORDON, Elizabeth; POWNALL, Grace. Financial reporting and disclosure quality, and emerging market companies. Access to capital in global markets. **Social Science Research Network**, abril, 2008. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=802824](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=802824)>. Acesso em: 05 de setembro de 2010.
- GÖX, Robert F.; WAGENHOFER, Alfred. Optimal impairment rules. **Journal of Accounting and Economics**, v. 48, p. 2-16, 2009.
- HERRMANN, Don; SAUDAGARAN, Shahrokh M.; THOMAS, Wayne B. The quality of fair value measures for property, plant, and equipment. **Accounting Forum**, v. 30, p. 43-59, 2006.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- \_\_\_\_\_. MARION, José Carlos de; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LA PORTA, Rafael et al. Legal determinants of external finance. **NBER Working Paper**, nº 5879, jan. 1997. Disponível em: <<http://www.ssrn.com/>>. Acesso em 26 de jun. 2010.

- LANZANA, Ana Paula. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. 2004. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- LAPINTE-ANTUNES, Pascale; CORMIER, Denis; MAGNAN, Michel. Equity recognition of mandatory accounting changes: the case of transitional goodwill impairment losses. **Revue Canadienne des Sciences de l'Administration**, v. 25, p. 37-54, 2008.
- LEV, Baruch; MANDELKER, Gershon. The Microeconomic Consequences of Corporate Mergers. *The Journal of Business*, v. 45, n. 1, p. 85-104, 1972.
- MARTINS, Eliseu. Contabilidade VS. Fluxo de caixa. **Caderno de estudos Fipecafi**. São Paulo, nº 2, abril, 1991.
- \_\_\_\_\_. O país está mais bem preparado para a mudança. Valor On Line. Entrevista com Eliseu Martins, 26 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.fenacon.org.br/pressclipping/2008/fevereiro/ve/ve260208b.htm>. Acesso em: 03 de abril de 2010.
- ONO, Heverton Masaru; RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Disclosure sobre impairment: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, nº 1, p. 67-87, jan./abr. 2010.
- PALMER, Philip D. Disclosure of the impacts of adopting Australian equivalents of International Financial Reporting Standards. **Accounting and Finance**, v. 48, 847-870, 2008.
- RODRIGUES, Adriano; PAULO, Edilson. Introdução à análise multivariada. In: CORRAR, Luiz J; PAULO, Edilson; DIAS FILHO, José Maria (Org.). **Análise Multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2009.
- SEVIN, Suzanne; SCHROEDER, Richard. Earnings management: evidence from SFAS No. 142 reporting. **Managerial Auditing Journal**, v. 20, nº 1, p. 47-54, 2005.
- SILVA, Paula Danyelle Almeida da Silva; MARQUES, José Augusto Veiga da Costa; SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo; MACHADO, Nilson Perinazzo. **Fundamentos da teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2005.
- SANTOS, Odilanei Moraes dos. Análise da evidenciação das informações sobre o impairment dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas. **Revista Base**, v. 6, nº 3, p. 258-274, setembro/outubro 2009.
- MCSWEENEY, Brendan. The roles of financial asset market failure denial and the economic crisis: Reflections on accounting and financial theories and practices. **Accounting, Organizations and Society**, v. 34, p. 835-848, 2009.
- STICKNEY, Clyde; WEIL, Roman. **Contabilidade Financeira: introdução aos conceitos, métodos e usos**. Cengage Learning, 2009.
- STREET, Donna L. BRYANT, Stephanie M. Disclosure level and compliance with IASs: a comparison of companies with and without U.S. listings and filings. **The International Journal of Accounting**, v. 35, nº 3, 2000.
- TAVARES, Márcia Ferreira Neves et al. Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC-01 - redução ao valor recuperável de ativos. In: IV CONGRESSO ANPCONT, 4., 2010, Natal. **Anais...** Natal: AnpCONT, 2010.
- VERRECCHIA, Robert E. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v. 32, p. 97-180, 2001.
- ZUCCA, Linda J.; CAMPBELL, David R. A closer look at discretionary writedowns of impaired assets. **Accounting horizons**, v. 6, nº 3, setembro 1992.